

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

■ Questão 26

A administração pública pode ser conceituada como o conjunto de órgãos e entidades destinados à execução das atividades públicas. Nesse sentido, a administração pública é entendida sob o aspecto

- Ⓐ subjetivo.
- Ⓑ objetivo.
- Ⓒ material.
- Ⓓ teleológico.
- Ⓔ finalístico.

■ Questão 27

Caso um ente estatal transfira a um particular o exercício de serviços públicos, mediante contrato, ocorrerá a chamada

- Ⓐ desconcentração por outorga.
- Ⓑ descentralização por delegação.
- Ⓒ desconcentração territorial.
- Ⓓ desconcentração por delegação.
- Ⓔ descentralização por outorga.

■ Questão 28

Quanto às empresas públicas e às sociedades de economia mista, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista possuem natureza pública e podem ser constituídas sob qualquer modelo societário previsto no Código Civil.
- Ⓑ As sociedades de economia mista têm natureza privada e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.
- Ⓒ Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista possuem natureza pública e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.
- Ⓓ As sociedades de economia mista têm natureza privada e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade limitada.
- Ⓔ As empresas públicas têm natureza pública e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade limitada.

■ Questão 29

Assinale a opção que apresenta o elemento do ato administrativo que diz respeito ao efeito jurídico e material imediato produzido pelo ato.

- Ⓐ objeto
- Ⓑ competência
- Ⓒ forma
- Ⓓ finalidade
- Ⓔ motivo

■ Questão 30

Atos administrativos ordinatórios são aqueles editados

- Ⓐ como comandos gerais abstratos e destinados a regulamentar o conteúdo emanado da lei.
- Ⓑ com a finalidade de registrar o consentimento da administração pública para com o interesse de particulares.
- Ⓒ para restringir direitos ou aplicar sanções a particulares que atuem em desacordo com a ordem jurídica.
- Ⓓ com o objetivo de disciplinar as relações internas da administração pública, no exercício do poder hierárquico.
- Ⓔ como expressão da opinião de agentes públicos ou com o fim de certificar fatos de interesse da administração.

■ Questão 31

Com base nas disposições constitucionais referentes aos servidores públicos nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público, assinale a opção correta.

- Ⓐ A estabilidade é alcançada após decorridos três anos da posse, e, entre outras hipóteses, o servidor estável poderá perder o cargo em caso de sentença judicial, prescindível o trânsito em julgado.
- Ⓑ A estabilidade é alcançada após decorridos três anos do efetivo exercício, e, entre outras hipóteses, o servidor estável poderá perder o cargo em caso de sentença judicial, prescindível o trânsito em julgado.
- Ⓒ A estabilidade é alcançada após decorridos dois anos da posse, e, entre outras hipóteses, o servidor estável poderá perder o cargo em caso de sentença judicial, imprescindível o trânsito em julgado.
- Ⓓ A estabilidade é alcançada após decorridos dois anos do efetivo exercício, e, entre outras hipóteses, o servidor estável poderá perder o cargo em caso de sentença judicial, imprescindível o trânsito em julgado.
- Ⓔ A estabilidade é alcançada após decorridos três anos do efetivo exercício, e, entre outras hipóteses, o servidor estável poderá perder o cargo em caso de sentença judicial, imprescindível o trânsito em julgado.

■ Questão 32

Os servidores públicos, quanto ao regime jurídico a eles aplicável, podem ser

- Ⓐ civis, temporários, militares ou estatutários.
- Ⓑ civis ou militares.
- Ⓒ celetistas ou estatutários.
- Ⓓ estatutários, honoríficos ou temporários.
- Ⓔ temporários, delegatários ou efetivos.

■ Questão 33

Considerando as disposições constitucionais referentes a cargos públicos, empregos públicos e funções públicas e ao acesso a eles, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os citados cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- Ⓑ A exigência de concurso público se aplica unicamente aos cargos públicos de provimento efetivo.
- Ⓒ O concurso público, meio mais comum de acesso aos cargos públicos, tem prazo máximo de validade de dois anos, vedada a prorrogação.
- Ⓓ É vedada a associação de servidores públicos civis.
- Ⓔ As funções de confiança e os cargos em comissão são de livre nomeação pelos gestores e podem ser ocupados por pessoas não pertencentes aos quadros da administração pública.

■ Questão 34

A prerrogativa da administração pública para investigar e punir agentes públicos em decorrência de infração funcional decorre do poder

- Ⓐ de polícia.
- Ⓑ disciplinar.
- Ⓒ hierárquico.
- Ⓓ normativo.
- Ⓔ vinculado.

Questão 35

A Lei nº 14.133/2021 — Nova Lei de Licitações e Contratos — prevê, expressamente, que, na sua aplicação, devem ser observados, por exemplo, os princípios

- A** do desenvolvimento nacional sustentável e da inovação tecnológica.
- B** da probidade administrativa e do sigilo.
- C** da moralidade, da segregação de funções e do julgamento subjetivo.
- D** do combate à corrupção e do planejamento.
- E** da eficiência, do interesse público e da transparência.

Questão 36

Julgue os itens a seguir, relativos à contratação direta prevista na Nova Lei de Licitações e Contratos.

- I A licitação será inexigível quando for inviável a competição, como no caso da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.
- II O patrocínio ou a defesa de causas judiciais e a restauração de obras de arte e de bens de valor histórico são exemplos de serviços que podem ser objeto de contratação direta por dispensa de licitação.
- III No caso de contratação direta de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, é permitida a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos.
- IV Para adquirir materiais por inexigibilidade de licitação, a administração pública deverá demonstrar a inviabilidade de competição, por meio de atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento apto a comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

Questão 37

Em relação ao controle da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- I O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá fixar prazo para que o órgão ou a entidade fiscalizada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e, em caso de descumprimento, caberá ao TCU declarar a constitucionalidade do convênio, do acordo, do ajuste ou de outros instrumentos congêneres firmados por tal órgão ou entidade.
- II Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato detém legitimidade para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCU.
- III A atuação do TCU, no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades administrativas, não se confunde com a atividade fiscalizatória realizada pelo próprio órgão administrativo, uma vez que esta atribuição decorre de controle interno inerente a cada Poder, ao passo que aquela decorre do controle externo a cargo do Congresso Nacional.
- IV O controle exercido pelo Poder Judiciário sobre atos da administração pública, conhecido como controle sentencial, abrange a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para os cargos de provimento em comissão.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** II e IV.
- C** II e III.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.

Questão 38

Ainda a respeito do controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

- I A administração pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vício de legalidade.
- II A administração pública não pode revogar os próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade.
- III Os atos discricionários da administração pública não podem ser objeto de apreciação judicial, especialmente quanto a seus aspectos de razoabilidade e proporcionalidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 39

De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos, a licitação é dispensável no caso de

- A** contratação representativa de obras e serviços de engenharia em valores superiores a R\$ 100 mil.
- B** contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, ainda que tenha havido licitantes interessados.
- C** contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- D** necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar abastecimento.
- E** contratação de serviços técnicos especializados de profissional ou empresa de notória especialização que forneça pareceres, perícias e avaliações em geral.

■ Questão 40

Assinale a opção correta quanto às modalidades de licitação previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos.

- Ⓐ O pregão, o leilão e a tomada de preços são modalidades previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos.
- Ⓑ A Nova Lei de Licitações e Contratos proíbe a criação de outras modalidades de licitação além daquelas que ela prevê, bem como a combinação das modalidades nela previstas.
- Ⓒ A concorrência, o convite e o concurso são modalidades previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos.
- Ⓓ O pregão é aplicável às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- Ⓔ A utilização da pré-qualificação e do sistema de registro de preços como procedimentos auxiliares é proibida pela Nova Lei de Licitações e Contratos, por consubstanciar violação ao princípio da vinculação ao edital.

■ Questão 41

De acordo com as disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos referentes ao diálogo competitivo, julgue os itens a seguir.

- I O diálogo competitivo é restrito às contratações cujo objeto envolva inovação tecnológica ou técnica.
- II Os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes devem ser previstos em edital, sendo admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.
- III O procedimento do diálogo competitivo inclui o compartilhamento, pela administração pública, das diferentes soluções propostas entre os licitantes, à medida que forem apresentadas.
- IV A administração pública deve elencar os critérios para seleção da proposta vencedora após as reuniões com os licitantes pré-selecionados, para assegurar a proposta mais inovadora.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

■ Questão 42

Acerca dos critérios de julgamento das propostas admitidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos, julgue os itens subsequentes.

- I O julgamento pelo critério do menor preço deve considerar o menor dispêndio para a administração pública.
- II O julgamento pelo critério técnica e preço deve considerar a maior pontuação obtida a partir da ponderação das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta, de acordo com fatores objetivos constantes do edital.
- III O julgamento pelo critério do maior retorno econômico é utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.
- IV O critério do maior desconto deve ter como referência o preço global da proposta do licitante.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e IV.
- Ⓑ II e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ I, III e IV.

■ Questão 43

A respeito do processo licitatório, assinale a opção correta, à luz das disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos.

- Ⓐ O plano de contratações anual visa racionalizar as contratações dos órgãos e das entidades, bem como garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico, sendo, por essa razão, sigiloso.
- Ⓑ A alta administração do órgão ou da entidade pública será responsável pela governança das contratações e deverá implementar processos e estruturas para promover um ambiente íntegro e confiável, bem como a eficiência, a efetividade e a eficácia em suas contratações.
- Ⓒ Os atos do processo licitatório serão preferencialmente registrados em meio físico.
- Ⓓ O não atendimento das exigências formais, ainda que não comprometa a aferição da qualificação do licitante, pode ensejar desde o afastamento do licitante até a invalidação do processo de licitação.
- Ⓔ Os atos praticados no processo licitatório são sigilosos.

■ Questão 44

Um inspetor regulador da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso (AGER/MT), no exercício de suas funções, enquanto transitava por uma rua em Progresso, no município de Tangará da Serra, dirigindo carro oficial, causou danos ao veículo particular conduzido por Jeferson, servidor público estadual.

Nessa situação hipotética, caso deseje buscar, na via judicial, o resarcimento pelos prejuízos sofridos, Jeferson deverá propor ação de indenização contra

- Ⓐ o estado do Mato Grosso, visto que o causador do dano é servidor público desse estado.
- Ⓑ o distrito de Progresso, onde ocorreu o dano ao patrimônio público.
- Ⓒ a AGER/MT, órgão público ao qual o causador do dano é vinculado.
- Ⓓ o município de Tangará da Serra, pessoa jurídica de direito público vinculada ao Estado.
- Ⓔ o inspetor regulador da AGER/MT responsável pelos danos causados ao patrimônio público no caso.

■ Questão 45

Em casos de danos decorrentes de omissão do Estado, aplica-se a teoria

- Ⓐ do risco administrativo, pela qual há responsabilidade administrativa subjetiva, bastando a demonstração do dano decorrente da atuação do Estado, sem a participação da vítima.
- Ⓑ do nexo causal, pela qual somente é necessária a comprovação do liame de causalidade entre a omissão e o dano.
- Ⓒ da irresponsabilidade do Estado, de modo que o ente público jamais poderá ser responsabilizado, a partir da ideia de que o Estado não pode errar.
- Ⓓ da culpa administrativa, exigindo-se a demonstração de que o Estado tinha o dever legal de agir, mas não o fez, além do nexo causal entre o dano e a omissão.
- Ⓔ do risco integral, não se admitindo cláusulas excludentes da responsabilidade do Estado, bastando apenas a presença pública na relação.

■ Questão 46

Quanto à responsabilidade civil do Estado no caso de prestação de serviços à população por pessoas jurídicas de direito privado, julgue os itens a seguir.

- Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos só é possível se a vítima do dano for usuária do serviço prestado.
- Conforme entendimento pacificado na doutrina administrativa, não se aplica o regime da responsabilidade civil objetiva do Estado aos serviços sociais autônomos, na condição de entidades de cooperação governamental.
- Determinadas sociedades de economia mista e empresas públicas podem estar sujeitas ao regime de responsabilidade civil subjetiva aplicável pelo direito privado.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

■ Questão 47

Isabela, uma profissional da imprensa, foi ferida por agentes policiais durante uma cobertura jornalística em uma manifestação que resultou em tumulto e conflitos entre policiais e manifestantes. Na ocasião, os policiais estavam equipados com câmeras, que registraram a ocorrência. Na filmagem, Isabela aparece desobedecendo à advertência clara e audível dos policiais, no sentido de que ela não deveria acessar áreas delimitadas, por haver grave risco à sua integridade física.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado será

- Ⓐ subjetiva, não incidindo a excludente dessa responsabilidade por culpa exclusiva da vítima, em razão da relevante função desempenhada pela profissional de imprensa.
- Ⓑ objetiva, incidindo a excludente dessa responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.
- Ⓒ objetiva, não incidindo a excludente dessa responsabilidade por caso fortuito, em razão da imprevisibilidade dos danos sofridos por Isabela.
- Ⓓ objetiva, não incidindo a excludente dessa responsabilidade por culpa exclusiva da vítima, em razão do princípio da publicidade dos atos de imprensa.
- Ⓔ subjetiva, incidindo a excludente dessa responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.

■ Questão 48

Assinale a opção que apresenta o instituto que enseja a possibilidade de uma pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público ajuizar ação de reparação de danos contra agente público que tenha causado prejuízo a terceiros mediante dolo ou culpa.

- Ⓐ caducidade
- Ⓑ retroatividade
- Ⓒ direito de regresso
- Ⓓ ato vinculado
- Ⓔ duplo grau de jurisdição

■ Questão 49

Roberto pretende ingressar judicialmente com um pedido de condenação do município de Serra Nova Dourada, por ter caído em um bueiro destampado em via pública. Vários municíipes já haviam alertado o órgão público competente acerca do problema, mas este não tinha se manifestado a respeito.

Na situação hipotética apresentada, a responsabilidade do município decorre de omissão

- Ⓐpropriada.
- Ⓑ generalista.
- Ⓒ específica.
- Ⓓ causal.
- Ⓔ natural.

■ Questão 50

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- O poder público não responde pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- A pessoa jurídica de direito público responderá pelos danos que causar a terceiros, desde que comprovada a existência de dolo ou culpa.
- A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é objetiva e se baseia no risco administrativo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

■ Questão 51

Para a configuração de responsabilidade civil objetiva do Estado,

- Ⓐ é necessária a presença concomitante de dano material ou moral sofrido por alguém em virtude de ato lesivo praticado por agente de pessoa jurídica de direito público ou por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, ação ou omissão antijurídica imputável ao Estado e nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão estatal.
- Ⓑ é necessária a presença concomitante de dano material ou moral sofrido por alguém em virtude de ato lesivo praticado por agente de pessoa jurídica de direito público e nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão estatal.
- Ⓒ basta a presença de dano material ou moral sofrido por alguém em virtude de ato lesivo praticado por agente de pessoa jurídica de direito público ou por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público.
- Ⓓ basta a presença de nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão estatal.
- Ⓔ basta a presença de ação ou omissão antijurídica imputável ao Estado.

■ Questão 52

No que se refere à responsabilidade estatal, a teoria do risco integral afasta as excludentes de responsabilidade na hipótese de danos decorrentes de

- Ⓐ desabamento de obra pública.
- Ⓑ fuga de detento de estabelecimento prisional.
- Ⓒ conduta médica em hospital público considerada inadequada.
- Ⓓ atos terroristas em aeronave brasileira, dentro ou fora do país.
- Ⓔ enchente ocasionada por falha na limpeza de galerias de escoamento pluvial.

Questão 53

À Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso (AGER/MT) compete regular, normatizar, controlar e fiscalizar, nos limites da lei, determinados serviços públicos prestados diretamente pelo estado do Mato Grosso. O rol desses serviços, estabelecido na Lei Complementar estadual n.º 429/2011, inclui o serviço de

- Ⓐ transporte coletivo intermunicipal e interestadual de passageiros e seus terminais rodoviários.
- Ⓑ energia elétrica e o de transporte ferroviário que transponha os limites do estado.
- Ⓒ transporte aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais.
- Ⓓ telecomunicações e o de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- Ⓔ distribuição de gás canalizado, o referente a rodovias, portos e hidrovias e o de saneamento.

Questão 54

Apreciar os relatórios anuais da AGER/MT é atribuição

- Ⓐ da Chefia de Gabinete.
- Ⓑ do Conselho Consultivo.
- Ⓒ da Advocacia-Geral Reguladora.
- Ⓓ da Unidade Setorial de Controle Interno.
- Ⓔ da Diretoria Executiva Colegiada.

Questão 55

No estado do Mato Grosso, se uma concessionária de prestação de serviço de transporte, sob regime de concessão, não cumprir, nos devidos prazos, as penalidades impostas por infrações cometidas, poderá ocorrer a extinção da concessão por

- Ⓐ rescisão.
- Ⓑ anulação.
- Ⓒ advento do termo contratual.
- Ⓓ caducidade.
- Ⓔ encampação.

Questão 56

No estado do Mato Grosso, com o objetivo de assegurar a adequação na prestação do serviço público rodoviário por concessionária, o poder concedente poderá intervir na concessão por meio de

- Ⓐ portaria administrativa.
- Ⓑ decreto.
- Ⓒ lei delegada.
- Ⓓ lei ordinária.
- Ⓔ lei complementar.

Questão 57

No âmbito do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso (STCRIP/MT), a categoria que compreende as ligações essenciais, organizadas por área de delegação, necessárias para garantir o acesso, compatível com a demanda, às distintas localidades do estado, sendo prestada por meio de veículos de portes distintos, podendo ser de característica rodoviária ou urbana, com valores de tarifa específicos, fixados pelo poder público, é a categoria

- Ⓐ diferenciada.
- Ⓑ básica.
- Ⓒ suplementar.
- Ⓓ complementar.
- Ⓔ alternativa.

Questão 58

O estado do Mato Grosso pode celebrar termo de colaboração ou termo de fomento com organizações da sociedade civil para realização de obras e(ou) investimentos nos sistemas rodoviário, aeroportuário e aquaviário de competência do próprio estado. Nesse caso, tais organizações serão selecionadas por meio de chamamento público, devendo, nos termos da Lei estadual n.º 10.861/2019, respeitar os princípios da

- Ⓐ eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.
- Ⓑ eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e transparência.
- Ⓒ eficiência, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência.
- Ⓓ eficiência, impessoalidade, legalidade, publicidade, transparência.
- Ⓔ eficiência, impessoalidade, moralidade, publicidade e transparência.

Questão 59

Denilson, com sessenta anos de idade, é trabalhador autônomo no estado do Mato Grosso. Nesse mesmo estado da Federação, Ana, com sessenta anos de idade, é pensionista, ao passo que Túlio, com cinquenta anos de idade, é aposentado por invalidez.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei estadual n.º 8.823/2008, a gratuidade do transporte coletivo intermunicipal é garantida a

- Ⓐ Denilson, Ana e Túlio, desde que a renda deles seja de até dois salários mínimos.
- Ⓑ Denilson, Ana e Túlio, independentemente da renda deles.
- Ⓒ Ana, independentemente da renda dela, e a Túlio, desde que sua renda seja de até cinco salários mínimos.
- Ⓓ Denilson, desde que sua renda seja de até cinco salários mínimos, e a Ana, independentemente da renda dela.
- Ⓔ Túlio, independentemente da renda dele, e a Denilson, desde que sua renda seja de até dois salários mínimos.

Questão 60

Assinale a opção que apresenta uma classificação de veículos quanto à categoria nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

- Ⓐ elétrico
- Ⓑ ciclomotor
- Ⓒ particular
- Ⓓ de tração
- Ⓔ automotor